

A MUDANÇA DA CAPITAL DO BRASIL

J. O. DE MEIRA PENA

Temos o grande prazer de apresentar, em primeira mão, a “Introdução” do magnífico livro que breve virá a lume, de autoria do competente diplomata e interessante escritor JOSÉ OSVALDO DE MEIRA PENA.

A mudança da capital, para o Planalto Central, é assunto que vem sendo ventilado desde os primeiros dias de nossa vida republicana, constando, aliás, da nossa Constituição de 1891.

Durante o Estado-Novo, o I.B.G.E. trouxe a questão à baila e, apesar dos esforços do seu inclito presidente, embaixador J. C. DE MACEDO SOARES e do nosso denodado e brilhante amigo TEIXEIRA DE FREITAS, não tivemos a dita de a vermos resolvida.

Uma mensagem secreta foi enviada ao presidente GETÚLIO VARGAS, contendo quase exatamente a matéria da nossa publicação intitulada Problemas de Base do Brasil. Apesar de atravessarmos, naquela ocasião, um período de govêrno forte, absoluto, o presidente VARGAS não pôde ou não quis resolver o problema.

Com a redemocratização do país em 1946, surgiu com vigor novo na Carta Magna que atualmente nos rege.

Fundada a Escola Superior de Guerra, do seu currículo consta a palpitante matéria que é exposta, discutida e debatida todos os anos.

No Congresso Nacional, tanto na legislatura passada quanto na atual, havia e há palpável maioria favorável à pronta solução da questão, existindo mesmo, na Câmara dos Deputados, uma comissão especial que a estuda.

No atual govêrno foi nomeado para presidir a comissão encarregada de preparar os elementos para a interiorização da metrópole federal, o marechal JOSÉ PESSOA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, militar conhecido pela sua operosidade e acostumado a levar até o fim, até a solução final, tôdas as missões que lhe forem confiadas. Seu nome é um índice de êxito.

Diante do quadro exposto, MEIRA PENA, por sugestão do ministro HUGO GOUTHIER, resolveu dar sua colaboração, escrevendo um originalíssimo volume, valendo-se da alentada biblioteca da famosa Universidade de Colúmbia, em virtude de achar-se atualmente em Washington, integrando nossa representação junto à ONU.

A fim de orientar a solução do nosso caso, MEIRA PENA nos põe diante dos olhos os panoramas dos países que, por diferentes motivos, foram levados a mudar suas capitais. E assim serão exibidas: Tebas, Aquetaton e Alexandria, tôdas no antigo Egito; Constantinopla, Ancara, Pequim, Nanquim, São Petersburgo, Moscou, Nara, Quioto, Tóquio, Madri, Nova Delhi, Washington, Ottawa, Cambera, Pretoria, Chandigar.

Além do material puramente livresco, o autor — excelente observador que é — conta com o colhido diretamente, pessoalmente por êle, no exercício dos cargos que exerceu, entre os quais se salientam os desempenhados, em tempos difíceis, na Índia e na China. Sua competência, como escritor, é revelada nos dois magníficos livros que elaborou: O Sonho de Suromoto e Xangai e nas substanciosas conferências que pronunciou na Escola Superior de Guerra.

Fazendo a apresentação dêsse livro que brevemente irá ornar as montras das nossas livrarias, antecipo aos nossos leitores a sua “Introdução”, como um pequeno mas suculento prato do mais fino sabor intelectual.

Rio de Janeiro, junho de 1955.

LIMA FIGUEIREDO.

A mudança da capital, quer se efetue de uma cidade para outra, quer de uma velha metrópole para um novo sítio especialmente escolhido e artificialmente aparelhado, constitui sempre uma obra de considerável alcance na história de uma nação, e um acontecimento momentoso que lhe marca permanentemente o destino. À cidade-capital se deve atribuir uma influência determinante na sua evolução histórica: A capital ocupa de fato uma posição única e privilegiada entre as outras cidades do país porque é a sede do governo, o local onde funciona o órgão de centralização do Estado, o centro diretor da vida política e, freqüentemente, da vida econômica e cultural, o posto de comando em caso de guerra e o reservatório principal dos recursos espirituais da nacionalidade. Sua importância não reside portanto no volume do comércio ou da indústria, na extensão da área construída ou no número da população residente, mas nessa sua função especial e transcendente de unificação. Como cabeça pensante do Estado, coração da nacionalidade, berço das suas leis e instituições, é uma comunidade sem fronteiras da qual é cidadão não apenas o habitante que ali escolheu domicílio, mas todo nacional do país. Suas atividades, seus problemas, suas aspirações, seus projetos realistas ou sonhadores, as vicissitudes da sua vida multiforme, interessam a toda a comunidade que nela se sente e se reflete. A capital é sempre por isso um monumento que o Povo e o Fundador, agindo de comum acordo, erguem para celebrar a sua própria glória, a sua grandeza política e o refinamento do seu gosto artístico. Ela é a vitrine da nação, a face que mostra ao mundo. É um símbolo entre todos do seu progresso e, para esse edifício do orgulho patriótico, os seus maiores arquitetos, os seus mais famosos artistas, os seus chefes e toda a sua população contribuem, através das épocas e das idades do estilo, nele procurando realizar, como numa obra-prima, os anseios mais altos da nacionalidade.

O estudo da formação das capitais, no conceito geral da estruturação do Estado, constitui o objeto próprio da geografia política. Outras ciências sociais concorrem para esse trabalho e a cidade em si é o objeto do urbanismo, como ciência urbana específica. Mas a História constitui a sua magnífica ilustração, porque a origem e o crescimento das capitais reflete o passado das nações: a História, na verdade, fornece exemplos, em regiões e épocas diferentes, da ação de fatores permanentes que agiram na determinação da mudança e na escolha do local, e analisa os motivos e as conseqüências do ato do Fundador, à luz dos acontecimentos correlatos mais importantes do momento.

No trabalho que nos propomos realizar, como contribuição — no quadro da nossa esfera particular de atividade — para os estudos relativos à mudança da capital do Brasil, vamos nos limitar quase exclusivamente a tirar do passado tais exemplos instrutivos. Valer-nos-emos das experiências dos outros países, cujos métodos, sucessos e reveses procuraremos compreender. Não nos compete tratar do assunto, pois não somos especialistas na matéria, do ponto de vista do geógrafo ou do urbanista, nem analisar a importância relativa de fatores característicos que influíram na escolha, tais como relevo, clima, solo, facilidades de transporte, condições econômicas e considerações de natureza militar, cultural e administrativa. O passado, visto em outras terras onde viveram outras gentes, constitui por si só um material dos mais valiosos para uma visão de conjunto, susceptível de suprir a obra dos geógrafos, dos urbanistas teóricos, dos economistas, dos militares e dos políticos, nos estudos concretos para a realização do grande projeto brasileiro. E porque a História é uma rica ilustração que humaniza tais estudos altamente técnicos, acreditamos também que a profusão de imagens concorrerá para amenizar a leitura e gravar a atenção pelo meio prático da ilustração visual.

Entretanto, para a compreensão do que se seguirá, certas considerações iniciais de geografia humana ou geopolítica são necessárias. A geografia é a primeira ciência a contribuir, com seus dados e princípios e a sua técnica especial, para o estudo que temos em vista, porque ela ensina a distinguir-se, de início, duas noções fundamentais, quando se trata de

localizar uma capital: a noção de “sítio” e a noção de “posição”. Essa distinção, que é freqüentemente confundida pelo público, tem grande importância do nosso ponto de vista porque na noção de “posição” entram fatores “políticos”, agindo em concordância com os geográficos, na apreciação dos quais o método histórico tem perfeita aplicação. A “posição” de uma capital é essencialmente uma questão geopolítica e a sua escolha não depende da opinião dos técnicos, porém exclusivamente de decisão política em função dos objetivos políticos que se pretende alcançar.

Reproduzirei aqui as definições do professor FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, geógrafo da Comissão de Localização da futura capital da República. “Entende-se por sítio o conjunto de aspectos intrínsecos do local em que se acha a cidade, bem como das zonas imediatamente circunvizinhas. São as características do relevo, do clima, da vegetação, etc. da área ocupada pela cidade e suas circunvizinhanças, consideradas em si mesmas”. “Por posição compreende-se a situação da cidade em relação a outras áreas distintas, mesmo que muito afastadas, em relação ao conjunto do país e até do continente, em suma. Não é um conceito puramente geométrico, que se possa exprimir simplesmente pelas coordenadas geográficas (latitude e longitude), pois envolve considerações a respeito das condições geográficas de outras áreas que não aquela que se acha estritamente ocupada pela cidade. Tais considerações se referem, por exemplo, à situação da cidade em relação a acidentes geográficos distantes, tais como as grandes linhas do relevo, os cursos d’água importantes, as fronteiras políticas, as vias mestras de transporte e comunicação: à proximidade ou afastamento do mar; às suas relações com outras cidades e outras regiões do país, tendo em vista as facilidades ou dificuldades de comunicação, de intercâmbio econômico, etc.”.

Esclarecida portanto essa distinção, entramos num terreno em que as cogitações políticas, econômicas, culturais, às vèzes sociais e religiosas, se vêm acrescentar às noções puramente geográficas.

Na conceituação de “Geografia da História” aplicável ao caso de mudança da capital, tem interesse particular para nós a distinção, proposta por CAMILLE VALLAUX e JEAN BRUNHES, entre “capital artificial” e “capital natural”. Segundo a definição dos geógrafos franceses, quando o órgão central do Estado se estabelece desde a sua origem numa cidade já existente, onde a formação urbana foi espontaneamente determinada pela ação de fatores naturais, tais como cruzamentos de vias de comunicação, estuários, baías, vales ou planaltos de fácil acesso, e pelo afluxo da população e da vida econômica que é consequência daquela ação — estamos diante de uma “capital natural”. A formação histórica da cidade-capital é geralmente lenta e resulta da combinação de elementos geopolíticos muito complexos e às vèzes contraditórios. São exemplos de capitais naturais Paris, Londres, Roma, Moscou, Lisboa, o Rio de Janeiro e, de modo geral, as capitais da América Latina.

A “capital artificial” é aquela que, após escolha prévia do local, é criada repentinamente onde não existia, antes, qualquer habitação ou, pelo menos, nenhuma formação urbana suficientemente desenvolvida para servir aos propósitos do Fundador. No caso da capital artificial manifesta-se, portanto, em tôda a sua pureza, a ação do fator “posição” pois é a posição, mais do que o sítio, que age na determinação da escolha do local. A capital artificial está sempre ligada aos objetivos precisos de seu Fundador, objetivos êsses raramente de caráter econômico ou comercial, mais freqüentemente de natureza social, cultural ou religiosa, e quase sempre, ou sempre, de cunho político. “Os destinos dessa cidade seguem os destinos do Estado que coroa”. Seu desenvolvimento tem uma cadência relativamente simples e uniforme mas, segundo VALLAUX, parece sempre menos sólida e menos viva do que a capital sobreposta a uma antiga cidade de comércio. São essas capitais artificiais que, por motivos óbvios, serão objeto da nossa curiosidade no estudo que se segue, pois a futura capital do Brasil, construída num local ainda virgem do Planalto Central, será tipicamente uma capital artificial. Podem ser oferecidos como exemplos históricos de capital artificial Akhetaton, Nara, São Petersburgo, Madri e, na época moderna, Washington e Canberra.

VALLAUX e BRUNHES, entretanto, na apreciação das diferenças entre as capitais que chamam de naturais e as artificiais, fazem críticas que nos parecem injustificadas e resultantes de um dogmatismo exagerado. “Enquanto a situação geográfica da capital natural resulta, afirmam êles, das vantagens totalizadas que o “sítio” e a “posição” concedem, a da capital artificial redundando das vantagens fornecidas exclusivamente pela “posição”. Ao invés de se

adaptar a uma formação urbana anterior, o Fundador da capital artificial evita todos os sítios já ocupados: como tais sítios geralmente são os mais favoráveis, a capital artificial parece às vezes violentar a natureza. Produto direto das necessidades políticas, ela amontoa grande número de gente em localidades que, por si mesmas, não gozam de nenhuma dessas forças de atração de onde, geralmente, saem as aglomerações urbanas. A capital natural nasce sobre o terreno: a capital artificial nasce no mapa e é, em seguida, transportada para o terreno a golpe de milhões e de força de vontade." Os dois geógrafos, para ilustrar o seu ponto de vista, descrevem ligeiramente os casos de São Petersburgo e de Madri, como exemplos típicos de capitais artificiais erguidas em posição escolhida mas com desprezo total pelas condições de sítio.

Não queremos nos deter sobre esses casos, nem tão pouco no de Washington — capital artificial cujo sítio é também desfavorável: — teremos oportunidade de estudá-los com maiores pormenores nos capítulos apropriados deste livro. Mas apenas chamar a atenção para a tese segundo a qual a capital artificial, por sua própria natureza, valoriza o fator "posição" em detrimento do fator "sítio", tese que não nos parece abranger tôdas as hipóteses e que, por conseguinte, não é exata. Com efeito, as mudanças de capitais nem sempre são efetuadas para locais "artificialmente" escolhidos, e esses sítios artificiais não apresentam necessariamente condições desfavoráveis, senão em consequência de pressa, erro ou predominância momentânea de fatores políticos prementes. Muitas vezes a capital artificial justifica posteriormente a escolha pelo seu crescimento espontâneo, e, com o passar dos anos, o homem corrige muitos dos inconvenientes iniciais do sítio: é o caso de São Petersburgo, hoje Leninegrado, que não é mais capital mas, no entanto, goza de tanta prosperidade e possui maior população do que na época dos tzares. O fato é que, quase sempre, a capital artificial tem um crescimento espontâneo que a transforma numa cidade natural e, inversamente, é difícil dizer de uma moderna capital natural que não tenha originariamente sido artificialmente escolhida. Afinal de contas, até Roma foi traçada, do modo "artificial", pelo arado de RÔMULO! Quanto às vantagens ou desvantagens do sítio são fatores que variam com o tempo, como também a posição: o esforço do turco está transformando Ancara num oásis ao passo que Istambul perdeu, com o esfacelamento do Império otomano, as vantagens da sua posição e do seu sítio privilegiados. O próprio Rio de Janeiro que foi capital artificial quando os colonizadores portugueses se mudaram da cidade do Salvador, perdeu hoje as vantagens da sua posição como capital, ao passo que se desenvolveu naturalmente como grande porto comercial, centro cultural e praia de banho. Nem se pode dizer que o seu sítio seja privilegiado, exceto no que diz respeito à sua beleza incomparável.

Na maioria dos casos, portanto, não se pode dizer que a distinção tão firmemente estabelecida entre capitais naturais e artificiais tenha um caráter absoluto nem comporte uma classificação completa de todos os fatos conhecidos. É de se esperar que, na escolha do local para a futura capital do Brasil, as condições de sítio sejam tão cuidadosamente avaliadas quanto as de posição, o que é sempre fácil num país novo, com os recursos naturais e a extensão do nosso. O que se iniciar assim como capital artificial cedo poderá criar as condições propícias a um desenvolvimento natural.

As capitais naturais, em suma, são cidades que possuem uma vida própria, independente mesmo da vida do Estado ao qual pertencem. Na Idade clássica, a *civitas* era o próprio Estado. Os Estados formavam-se à volta de uma cidade-célula que, eventualmente, podia crescer como capital imperial, na luta ou concorrência com outras cidades rivais. Babilônia, Atenas e Roma são casos típicos como Nínive, Esparta e Cartago exemplos de cidades que malograram e morreram. O Império Romano é o exemplo clássico de um Estado que se estendeu, até atingir proporções monstruosas, a partir de um núcleo urbano original.

Pode acontecer que, dentro de um mesmo Estado imperial, duas ou mais cidades lutem pela hegemonia e a sede do governo se transfira sucessivamente de uma para outra. No antigo Egito temos Mênfis, Tebas, Akhetaton, Alexandria e muitas outras. Assim também na China, Chang-An, Loyang, Nanquim, Pequim, etc. Se a mudança da capital é raramente efetuada sem que isso implique luta de influência entre partes distintas do Estado, não devemos crer contudo que o novo centro urbano seja sempre uma criação artificial. Na grande maioria das vezes, é mais fácil transferir a capital para um local já ocupado por uma cidade, um palácio ou um lugarejo, de proporções relativamente pequenas, é bem verdade, mas

de vida própria e independente das circunstâncias políticas: Quando CONSTANTINO resolveu transferir a sede do poder romano da antiga metrópole das Sete Colinas para uma “Nova Roma”, mais próxima do eixo político oriental do Império, escolheu um sítio estuendo e venerável, já ocupado por um pôrto que era mesmo mais antigo do que a cidade da Lôba. Ottawa foi preferida pela rainha VITÓRIA, entre várias candidatas, para ser a cabeça do novo Domínio britânico, a Confederação do Canadá, mas Bytown já existia como nó de comunicações fluviais e centro da indústria da madeira, e o seu sítio é admirável. MUSTAFÁ KEMAL quis fundar a capital da nova República turca no centro do planalto da Anatólia, mas o local já era ocupado pela velha Ancara (ou Angora), anterior de muitos séculos ao Estado turco e outrora capital dos Gálatas asiáticos.

Há um sem número de variações em tórno do tema: Nova Delhi por exemplo. O próprio CAMILLE VALLAUX a descreve como “uma capital artificial sobreposta à antiga capital natural do Império mongol”. Na China, o Trono do Dragão andou de norte a sul, ao sabor das vicissitudes dinásticas: duas vèzes Nanquim, a “capital do Sul”, foi reconstruída e abandonada; e no sítio de Pequim depararam-se-nos, pelo menos, quatro capitais sobrepostas, sendo que hoje, pela quinta vez, a “capital do Norte” volta a ser a sede de um govêrno chinês. No Japão, do século dezessete ao século dezenove, com precedentes mais antigos, assistimos à situação curiosa de, a um dualismo estatal, corresponder uma duplicidade de capitais: face a Quioto, residência tradicional do Micado, ergueu-se Iedo, centro administrativo e foco do poder militar do Shôgun; a transferência do Imperador de Quioto para Iedo-Tôquio, no início da era Meiji, não é pròpriamente uma mudança de capital mas sim uma consequência da Restauração imperial — o Tennô vai viver no Palácio de Shôgun destituído, a fim de agarrar em suas mãos as rédeas do Estado reunificado. O nosso primeiro capitulo descreverá a cidade fantasma de Akhetaton, capital religiosa do faraó herege AKHENATON, construída em oposição ao domínio do clero na capital efetiva do Egito, Tebas das Cem Portas.

Casos curiosos são os das “capitais-anexas”, residências palacianas da Europa monárquica, localizadas não longe das capitais efetivas: Versailles, Potsdam... E ainda as “capitais de verão” como, por exemplo, Simla, nas encostas do Himalaia, residência estival dos antigos vice-reis da Índia; e a nossa Petrópolis encantadora.

Todos êsses casos históricos carecem ainda de um estudo aprofundado que seria provàvelmente dos mais interessantes e instrutivos, pois desde tempos imemoriais a cultura das nações, seu poder militar, seu prestígio político seu gênio artístico, seu luxo e seu gôsto, se têm refletido nas respectivas capitais cujos destinos acompanham. Não é nosso propósito, entretanto, fazer aqui um estudo exaustivo dos problemas fundamentais da geografia política entre os quais a capital é, juntamente com o território e as fronteiras, um dos três mais importantes elementos constitutivos. Longe disso! O nosso objetivo consiste apenas em utilizar êsses dados históricos, examinados à luz dos conhecimentos da geografia política, para dêles extrair os ensinamentos pròprios à apreciação do problema específico que focalizamos, qual seja, o da mudança da capital do Brasil.

Mas prossigamos na formulação de outros problemas levantados pela questão que mais de perto nos interessa, qual seja, a da mudança da sede do govêrno para uma cidade especialmente desenhada e construída para servir à função específica de cabeça do Estado. VALLAUX e BRUNHES, depois de afirmarem que a capital artificial permanece, na Europa, como caso excepcional, sustentam que a capital artificial é, nos Estados novos prestes a sair da fase colonial — na América, na África e na Austrália — uma necessidade imperativa. Nesses Estados, geralmente organizados em forma federativa, a capital artificial torna-se uma garantia essencial da independência de cada uma das unidades da federação ou confederação. A capital tem aí uma função unificadora, sem prejuizo da descentralização administrativa e da autonomia legal dos estados membros. Outro aspecto a considerar, em tais casos, é o da seleção do local de modo a não ofender a igualdade teórica dos estados membros, ou a achar um terreno de conciliação entre unidades ou regiões rivais. A escolha, efetuada tendo em vista as relações com as divisas interestaduais, torna-se em tais casos uma consideração da mais alta relevância. Ottawa, Canberra e Washington são exemplos que ilustram êsse fenômeno de compromisso. Ottawa, colocada entre o Canadá francês (provincia de Québec) e o Canadá inglês (provincia de Ontário), evitou o conflito entre as respectivas capitais,

candidatas ao título, Montreal e Toronto. Canberra é equidistante das cidades rivais de Sidney e Melbourne. Washington foi escolhida porque situada sobre a “Mason-Dixon line” que separava o Norte, “livre” e industrial, do Sul, “escravagista” e agrícola. No Brasil, felizmente, o problema quase não se apresenta e São Paulo, a unidade mais poderosa da Federação, não parece manifestar desejo algum de ficar próxima à futura capital. Caso, porém, houvesse rivalidade entre São Paulo e Minas Gerais, a solução naturalmente indicada seria localizar o futuro Distrito Federal em Poços de Caldas ou Araxá, por exemplo, no limite interestadual. Assim mesmo se manifesta o desejo de localizar esse Distrito Federal na fronteira entre Minas e Goiás.

A consideração seguinte diz respeito à posição geográfica preferida de uma capital, em relação com a sua função unificadora. Como diz o professor MACEDO SOARES GUIMARÃES, “Tendo uma capital a função, por excelência, político-administrativa, a tendência é colocá-la em posição central. Não é porém o centro geométrico do território que importa considerar, o que só seria razoável no caso teórico de um país homogêneo cujas regiões componentes tivessem idêntico valor e no qual a população se distribuisse uniformemente. Quando se procura uma posição central, quer-se sempre fazer referência à parte do país efetivamente ocupada, ao “ecúmeno”. De um ponto de vista teórico, em que apenas a posição fôsse considerada, a localização ideal seria a do centro demográfico do país.” E continua: “Como centro político, a função mais importante da capital de um grande país, é, sem dúvida, a unificadora. Ela deve ficar situada em posição tal que facilite a ação dos órgãos centrais do Estado sobre tôdas as partes do país, ou, em outras palavras, que seja possível estabelecer fácil acesso a essas partes. Tratando-se de um território extenso, que compreenda regiões importantes nitidamente diferenciadas, a capital deve equilibrar as tendências desagregadoras que se possam manifestar, e sua posição deve ser tal que permita facilmente equilibrar tais tendências centrífugas. As regiões do país são, entretanto, sempre desiguais em importância atual e em possibilidades futuras. A capital não deve em hipótese alguma perder o contacto com as regiões mais desenvolvidas, aquelas que constituem o que os geógrafos de língua inglesa chamam a *core area*. Tal desligamento é sempre funesto à unidade nacional.”

Esse conceito essencial de geografia política, tão claramente exposto pelo geógrafo patricio, que diz respeito à posição ótima da capital para o exercício de sua função unificadora, deverá ser constantemente lembrado para a compreensão do que se segue. Já se observou que Madri foi localizada no centro geométrico da península ibérica, equidistante do Atlântico, do Mediterrâneo e do golfo de Biscaia, longe, contudo, da *core area* espanhola, que se encontrava na Catalunha e na Andaluzia: por esse motivo Madri nunca conseguiu dominar as tendências separatistas de algumas regiões espanholas. Poder-se-ia dizer a mesma coisa de São Petersburgo, e a volta da capital a Moscou, após a revolução bolchevista, revela o reconhecimento de que na Moscóvia se encontra a verdadeira *core area* da Rússia. Teremos ocasião de examinar outros casos semelhantes, no decorrer de nosso trabalho.

Na falta de estudos aprofundados e pormenorizados sobre o assunto — da alçada dos geógrafos, dos especialistas em geopolítica, dos urbanistas, dos oficiais de Estado-Maior e das autoridades responsáveis pela localização da nova capital do Brasil — estudos esses que só recentemente estão sendo levados a cabo — limitaremos as nossas observações a mais alguns casos pertinentes. Uma dessas observações diz respeito à distinção, já avançada por VALLAUX e BRUNHES, entre as capitais “marítimas” e “penemarítimas” e as capitais “continentais” (VALLAUX chama “penemarítimas” as cidades que, sem serem portos de mar, estão suficientemente próximas do mar para possuir um pôrto compreendido em seus subúrbios).

Analisando a distribuição numérica desses vários tipos de capitais, verifica-se que, na Europa, a maioria é composta de capitais continentais. São marítimas Londres, Lisboa e as capitais dos quatro países escandinavos. São penemarítimas Roma, Atenas e Haia. Na América a distribuição é mais ou menos igual, com ligeira vantagem em favor das continentais. Lima é o caso típico de capital penemarítima mas tenho certas dúvidas quanto à mesma classificação que VALLAUX concede a Caracas e a Washington. O caso de Caracas, a nosso ver, é semelhante ao de um grande número de cidades latino-americanas que procuraram a beira do planalto, não longe do mar, tanto por motivos de defesa quanto por considerações de clima e de transporte. Na maioria desses países a zona cultivada e povoada se encontra no planalto: o litoral é geralmente baixo, insalubre e pouco aproveitado para a agricultura.

Nesse sentido Caracas mereceria, mais apropriadamente, entrar numa classificação especial em que encontraríamos, não a dupla Lima-Callao, mas as duplas Santiago-Valparaíso, Quito-Guaiaquil e, no Brasil, São Paulo-Santos e Curitiba-Paranaguá. O caso inverso é o da dupla Rio-Petrópolis... Esse ponto é muito importante e, no momento oportuno, discutiremos os méritos respectivos das soluções marítima, penemarítima e continental para a localização da capital.

Na Ásia a proporção é sensivelmente a mesma:

Capitais	<i>continentais</i>	<i>marítimas</i>	<i>e penemarítimas</i>
	Ancara	Beirute	Meca
	Damasco	Tel-Aviv	Bangkok
	Bagdad	Karachi	Tóquio
	Amman	Colombo	Seúl
	Sana	Rangun	
	Teerã	Manila	
	Cabul	Saigon	
	Delhi	Jacarta	
	Pequim		

A questão das capitais marítimas e penemarítimas e das capitais continentais está, naturalmente, ligada aos problemas muito mais graves e complexos da existência de potências marítimas e de potências continentais. De modo geral é lícito afirmar que os grandes povos navegantes e colonizadores, as grandes potências navais, comerciantes e construtoras de Impérios do além-mar, escolheram suas capitais à beira do oceano. O reverso exprime ainda melhor a verdade: as nações marítimas formaram-se como se fôsem o *hinterland* de um pôrto de mar. O fato de uma capital já se encontrar sôbre o litoral ou perto dêle, parece destinar o povo a uma carreira naval, antes mesmo de ter sequer pensado em grandes expedições marítimas. Assim, por exemplo, o destino imperial da Inglaterra já estava traçado pelo fato de Londres ser um pôrto, ao passo que a localização de Paris já demonstra, desde o princípio da história francesa, que os reis de França sempre estariam muito mais preocupados com a sua política européia do que com a conquista de um Império ultramarino. Dir-se-ia que os espanhóis foram grandes navegantes sem ter possuído uma capital marítima, ao que se poderia contestar que a mudança da capital para Madri, no centro da península, marcou, ao mesmo tempo que o apogeu do poderío hispânico, o fim da sua grande expansão oceânica. Na Rússia czarista e no Japão moderno a transferência da capital, respectivamente, de Moscou para São Petersburgo, e de Quioto para Tóquio, representaram uma mudança de sentido na vida dêsses povos que, naquele momento, abriram as suas portas à influência cosmopolita estrangeira e iniciaram, por terra como por mar, um intercâmbio cultural e comercial com o Ocidente civilizado. Nem sempre porém a influência geopolítica do oceano explica a localização de uma capital à beira do mar: recentemente temos, na escolha de Karachi como capital do novo Estado do Paquistão, o caso típico de uma potência, por natureza e por tradição continental, escolhendo um pôrto de mar como sede do seu governo. O que é mais estranho é que Karachi se encontra longe das duas *core-areas* do Paquistão ocidental e do Paquistão oriental: os motivos da escolha talvez estejam ligados à necessidade de estabelecer um contacto mais íntimo entre as duas partes dêsse país territorialmente aberrante, contacto êsse que só pode ser estabelecido por mar.

VALLAUX atribui a existência de um número tão surpreendente de capitais marítimas e penemarítimas ao fato de nos encontrarmos no período "oceânico" da História, período em que se "assiste ao crescimento constante da proporção das capitais que são também portos de mar".

O assunto é certamente dos mais vastos e fornece margem para extensas e interessantes discussões de caráter geopolítico. As capitais penemarítimas parecem constituir, por exemplo, uma solução conciliatória entre as vantagens comerciais do pôrto de mar e as desvantagens climáticas ou estratégicas da vulnerabilidade de tais capitais a ataques de surpresa. Por outro lado, há uma certa contradição na existência de capitais marítimas com a tese da função unificadora dessas cidades, através da sua localização no centro da *core-area* do país.

No momento oportuno faremos alguns comentários em torno da situação do Rio de Janeiro que é, tipicamente, a capital marítima de uma potência continental. Mas desde já vale a pena observar que a futura sede do governo brasileiro no Planalto Central poderá vir a constituir o primeiro caso de local escolhido em função de fatores de posição relacionados com a nova idade "aérea" da História do mundo. Aliás, êsse "período aéreo" que vem substituir o "período oceânico" postulado por VALLAUX e BRUNHES, já modificou profundamente o mapa geopolítico do mundo e as noções fundamentais dessa ciência. Poder-se-ia até adiantar que, do mesmo modo como o Brasil saltou do carro de boi ao avião, sem passar pela estrada-de-ferro, irá do período oceânico ao período aéreo sem que o desenvolvimento do seu potencial continental acarrete um profundo internamento geopolítico.

O fenômeno seguinte a ser considerado é o da posição, freqüentemente excêntrica, das capitais, em conexão com as fronteiras vivas ou críticas do país. Ponderam VALLAUX e BRUNHES que a função da capital responde ao duplo objetivo de manter a unidade da sociedade política, prevenindo as tendências locais centrífugas, e de dar coesão e direção ao esforço permanente de pressão e de resistência que é exercido sobre as fronteiras. "Os casos numerosos de excentricidade da capital parecem demonstrar que o segundo caso se impõe de maneira mais imperativa ainda do que o primeiro, ou, melhor seja dito, que a maneira mais fácil de realizar o primeiro objetivo é de inicialmente alcançar o segundo. Pois há uma relação entre as capitais cuja posição é excêntrica e as fronteiras de tensão dos Estados. A capital estabelece-se suficientemente perto das fronteiras críticas para organizá-las e para vigiá-las, e suficientemente longe para ficarem ao abrigo de qualquer golpe de surpresa". Êsse caráter essencial da capital, de natureza estratégica, em função da distância das fronteiras vivas, revela-se nitidamente no caso de Paris (que controla o litoral do noroeste, em frente à Inglaterra, e a fronteira do nordeste, face à Alemanha); no de Berlim que enfrenta o mundo eslavo; no de São Petersburgo que visava ao controle do mar Báltico, então dominado pela Suécia; no de Delhi que defende a rota de invasão tradicional da Índia central; no de Pequim, logo atrás da Grande Muralha que marcava a fronteira viva da China propriamente dita. Vale lembrar a propósito, na história do Brasil, que a nossa capital foi transferida da cidade do Salvador para a baía de Guanabara a fim de aproximar o governo colonial da luta que então se travava, na fronteira do Prata, pela posse da colônia do Sacramento.

Donde a definição famosa de BRUNHES e VALLAUX: "Ce qui fait la capitale c'est la position d'une ville par rapport à l'ensemble du territoire de l'Etat et de la ligne des frontières".

Nesse terreno entramos também no domínio de considerações de ordem militar ou estratégica que, como se sabe, têm uma grande influência na localização de uma capital. Não devemos crer, porém, que importa apenas a linha de fronteiras ou, melhor, a distância relativa e as condições de terreno na região que separa a capital da linha de fronteiras. Outros fatores estratégicos, nem sempre diretamente ligados à distância relativa das fronteiras de tensão, devem ser levados em conta. Assim por exemplo, o imperador CONSTANTINO escolheu o sítio de Bizâncio porque o aproximava da fronteira de tensão persa, sendo a Pérsia o único Estado estrangeiro que os romanos jamais conseguiram subjugar. Entretanto, afastava-se assim da linha do Reno, não menos importante na época e, afinal de contas fatal para a existência do Império. Questões de transporte e abastecimento marítimo, ou como se diz em linguagem moderna, a "logística", assim como as vantagens excepcionais da topografia da cidade do ponto de vista defensivo, constituíram fatores não menos determinantes da escolha. MUSTAFÁ KEMAL ATATÜRK, inversamente, abandonou Constantinopla porque era vulnerável, e escolheu Ancara para a sede de seu governo revolucionário e de salvação pública porque, no momento da guerra contra os gregos, a cidade era a última estação na linha férrea de penetração da Anatólia. Longe de procurar se aproximar da fronteira de tensão, o grande estadista turco, que era também um brilhante estrategista, procurou isolar a sua capital no interior da Ásia Menor. Ancara é hoje um nó de comunicações ferroviárias mais ou menos central e equidistante dos diversos lados do quadrilátero estratégico anatóliano. No caso de São Petersburgo assistimos ao propósito deliberado de utilizar a capital como posto de comando para operações ofensivas terrestres e navais. PEDRO o Grande fundou-a em pleno território inimigo e antes mesmo de terminar vitoriosamente o seu longo duelo contra a Suécia!

Todos esses fatores, como já dissemos, estão agora sendo modificados pela circunstância de entrarmos na Idade Aérea da História. Essa circunstância, para nós no Brasil, poderá ser tão ou mais importante do que os cálculos de estratégia terrestre ou naval.

Outro aspecto curioso e digno da nossa atenção diz respeito aos fenômenos relativos à permanência ou à mobilidade das capitais. Só podemos compreender a França com a capital em Paris e a Inglaterra com a capital em Londres. Por outro lado, certos sítios urbanos parecem predestinados a uma duração indefinida, a despeito das vicissitudes que sofrem como centros políticos ou culturais. São por assim dizer independentes dos Estados a eles sobrepostos. São permanentes, são "eternas" cidades como Roma — que sobrevive às idades —; Pequim — que a mudança das dinastias não atinge; Bizâncio-Constantinopla-Istambul, onde se sucederam gregos, romanos, bizantinos e turcos; Seleucia-Ctesiphon-Bagdad, sucessivamente erguida às margens do Tigris por gregos, persas e árabes.

São instáveis e desaparecem repentinamente as capitais dos Impérios bárbaros e semi-nômadas das estepes: Nínive, Karakorum, Sarai. Os antigos japoneses, por outro lado, mudavam de capital após cada reinado, não por nomadismo mas em virtude de certas crenças religiosas.

Em épocas mais recentes, com a expansão extraordinária das formações urbanas, a complexidade crescente da vida moderna e crescimento pletórico da máquina administrativa, torna-se uma empresa cada vez mais difícil a mudança de uma capital. O capricho de um monarca ou de um chefe revolucionário não basta para levar a cabo empresa dessa envergadura. São necessários motivos ponderáveis dos mais prementes ou longamente meditados, e um considerável esforço financeiro.

Tratando agora o problema do ponto de vista da Sociologia política, podemos examinar o crescimento das formações políticas, em certas etapas de âmbito cada vez maior, tais como o clã, a tribo, a "civitas", a nação e o império. Na idade clássica européia e no Oriente mais antigo, a unidade política fundamental parece ter sido o Estado formado em torno de uma cidade: falamos de Akkad, Babilônia, Tiro, Tróia, Atenas, Siracusa, Cartago e Roma. Essa etapa não foi ainda ultrapassada na Itália do Renascimento onde a unidade política independente continua a ser a cidade: Veneza, Gênova, Pisa, Florença. Na Idade moderna, porém, o âmbito das unidades políticas excedeu definitivamente o quadro urbano: o território de um Estado não é mais apenas constituído dos arredores da metrópole. A região é mais vasta e a população maior, distribuída entre várias cidades com vida econômica própria. Os Estados constituem-se em escala "nacional" e falamos então da França, da Inglaterra, da Alemanha. A área desses organismos políticos ultrapassa o *hinterland* de suas respectivas capitais, ainda que possuam às vezes cabeças enormes, como centro da sua vida cultural e política. Esses fenômenos podem ser analisados no Novo Mundo: a Argentina é o exemplo de um país que se formou em "escala nacional" logo que conseguiu se estender além da província de Buenos Aires, não obstante tenha conservado como capital uma "cidade-mãe" agigantada. Ao passo que no Uruguai, talvez tenhamos o exemplo anacrônico de um Estado ainda na etapa da "civitas": o país é na realidade um subúrbio de Montevidéu.

Certas formações políticas privilegiadas, na luta que constitui a substância mesma da História, conseguem sobrepujar e vencer uma ou mais etapas do crescimento territorial, criando o que chamamos um "Império". Essa expansão imperialista do Estado, por meio de conquista, aglutinação mais ou menos violenta ou colonização, modifica a sua estrutura original. Roma, inicialmente uma cidade do tipo clássico, lutando pela hegemonia contra as suas rivais da bacia do Mediterrâneo ocidental, aumentou de estatura e conseguiu criar, na península, as bases de um Estado futuro de âmbito "nacional": é esse o estádio de Roma na Itália moderna. Mas as suas conquistas na bacia do Mediterrâneo foram de tal envergadura que o Império Romano, na sua última fase, acabou abrangendo uma área de âmbito "continental", excedendo o limite máximo da capacidade funcional centralizadora da *urbs* original. Roma sublimou-se e isso explica porque o Império Romano sobreviveu ao abandono da cidade de RÔMULO e de CÉSAR, em favor da cidade de CONSTANTINO.

O Japão talvez seja o único exemplo de um Estado moderno que já percorreu as três fases do crescimento territorial. A sua formação é mesmo anterior a qualquer organização

urbana e data da época primitiva do “clã”. O clã imperial, do qual descende o atual imperador, unificou a região do Iamato em época pré-histórica. Na segunda fase do seu desenvolvimento, após a introdução do Budismo e da civilização chinesa, as cidades de Nara e Quioto foram fundadas e a nação nipônica se formou com a ocupação de todo o arquipélago. Finalmente, durante a Segunda Guerra Mundial assistimos a uma tentativa mal sucedida para a criação de um Império.

Na Rússia, temos o caso de Moscou, antiga residência de um principelho, vassalo do Khanato mongol, que cresceu para “ajuntar as terras russas” e se tornar a sua capital. A expansão imperialista ultrapassou, porém, o quadro nacional e hoje é Moscou a capital de um Estado multi-nacional, um Império de âmbito continental.

Processo histórico longo e difícil é a gestação e desenvolvimento dos Estados até alcançarem limites estáveis, ou, em outras palavras, as suas fronteiras “naturais”. Os estádios de crescimento constituem um fenômeno complexo. “Compreendem em substância, diz CAMILLE VALLAUX, o acréscimo no valor do território ocupado; um esforço constante de unificação e de coesão internas; e enfim um progresso territorial, realizado aos poucos, em detrimento das pequenas sociedades políticas, incapazes de resistir à pressão exterior ou atraídas para uma fusão por afinidades de língua, raça ou interesses. Essas três ordens de fatos não se seguem no tempo: ocorrem simultaneamente, necessitando porém, tôdas as três, um longo período de anos ou mesmo de séculos”.

RATZEL declara: “Todo grande Estado é composto de um agregado de pequenos Estados”. Para RATZEL, a “aglutinação crescente” dos Estados é lei inelutável e o “megalostadismo” deverá triunfar por toda a parte. No quadro nacional, a maior parte dos Estados da Europa moderna formou-se ao redor de um núcleo primitivo de crescimento, geralmente berço original de uma casa real hegemônica: A “Île de France” na França; a Prússia-Brandenburgo na Alemanha; Castela na Espanha; Savóia-Piemonte na Itália. E mesmo fora da Europa, podemos citar a Moscóvia, na Rússia; o Iamato, no Japão, e a província de Buenos Aires, na Argentina.

Entretanto, o conceito da geografia política alemã não deve ser admitido de maneira absoluta. A aglutinação não é necessária e fatal, nem tão pouco necessariamente efetuada através de métodos de força, por um núcleo hegemônico. A China foi unificada por Ch'in Shih Huang-ti, no terceiro século antes de Cristo: êsse monarca fôra rei do Estado hegemônico de Ch'in espécie de Prússia chinesa localizada nas Marchas bárbaras do noroeste. Mas a sua dinastia não o sobreviveu e o Império Central foi reunificado pela dinastia Han que não possuía uma base territorial. Daí por diante a China torna-se um todo homogêneo, aglutinado, sem que se possa caracterizar permanentemente qualquer núcleo territorial hegemônico nas fases sucessivas da sua integração política.

Os grandes Estados federados modernos, como os Estados Unidos da América, a Austrália e o Brasil não possuem, geralmente, centros primitivos de aglutinação. Pela sua própria natureza, essas vastas sociedades políticas são compostas de um certo número de “Estados-membros”, iguais em direitos, nenhum dos quais consegue adquirir uma preponderância política tal que sirva de elemento aglutinador. Dir-se-ia que o acôrdo constitucional que une os Estados-membros é alcançado por métodos democráticos. Sua formação independe do crescimento hegemônico de uma cidade-mãe, em outros termos, de uma “capital natural” que seria a sede de um poder político mais ou menos despótico, de caráter monárquico ou aristocrático. Isso explica, aliás, por que motivo, muitas vezes, a cidade maior e mais rica do país não é a capital por que motivo Nova-York, Sydney, São Paulo e Montreal, por exemplo, não são as capitais dêsses Estados federados.

o “megalostadismo” é, em suma, a tendência para a formação de Impérios em virtude do expansionismo natural dos Estados. É uma tendência que se exerce em qualquer período da História, no âmbito territorial crescente que o desenvolvimento dos meios técnicos e do potencial político do Estado permite alcançar. Nas diversas idades históricas, o *megalostadismo* tem um âmbito proporcional a êsse desenvolvimento dos meios técnicos, políticos e culturais da época. A Babilônia e o Egito antigos foram Megalostados. O Império Romano

foi outro Megaloestado, enquanto, nesse período histórico, já o Egito e a Babilônia estavam reduzidos a limites “nacionais” modestos. No Extremo-Oriente as três etapas do desenvolvimento são as seguintes: Império Ch'in, abrangendo o vale do rio Amarelo; Império “nacional” sob a dinastia Han, com expansão imperialista em direção ao sul do rio Yangtse e em direção ao Ocidente (Turquestão chinês); e Império “continental” sob as grandes dinastias do Segundo Milênio, abarcando todo o Extremo-Oriente em sua esfera de influência política ou cultural.

A terceira etapa do desenvolvimento das formações políticas é constituída, portanto, pela constituição daqueles Megaloestados — aglutinados quer através de um processo de conquista imperial, quer em virtude de uma expansão colonial e de uma federação igualitária de Estados-membros — cujo território possui uma extensão tão considerável, cujos recursos naturais são de tal monta e cuja população é de origem racial tão complexa e tão numerosa (digamos, na cifra dos cem milhões) que podem ser considerados como construídos em escala “continental”.

A China e a Índia são exemplos de Superestados antigos de âmbito “continental”. A União Soviética, herdeira do Grão-Khanato mongol e do Império czarista que dominaram as estepes euro-asiáticas, é outro Superestado “continental”, sendo no entanto digno de nota a circunstância de que não tenha sobrepujado inteiramente a etapa anterior de formação “nacional” (imperialismo russo), nem mesmo a etapa primitiva propriamente regional, de predominância do núcleo urbano formador (hegemonia da Moscóvia).

A conquista das vastas áreas do Novo Mundo pelos europeus, bem como o processo de colonização e de expansão técnico-industrial que facilitou a extensão extraordinária do *habitat* humano, no século passado, já permitiu a organização, na América do Norte, de um outro Superestado de âmbito “continental”: os Estados Unidos da América. O Canadá possui o território e os recursos naturais de um Superestado, mas, por um lado, está demasiadamente atado à tradição “nacional” inglesa (província de Ontário) e francesa (província de Québec), e por outro, parece fadado a uma progressiva integração econômica, social e cultural com os Estados Unidos da América. A Austrália possui a extensão territorial e o isolamento marítimo de um continente mas, por enquanto, carece da cifra de população necessária para atingir a êsse objetivo. Na América do Sul se pode dizer que um único Estado goza desde já das condições susceptíveis de lhe permitirem alcançar um dia a etapa de crescimento do Megaloestado continental: o Brasil. Possuímos a vastidão territorial, a complexidade étnica, a abundância de recursos naturais e, dentro em breve, a cifra de população como condições necessárias para tão considerável crescimento. Só nos falta, por enquanto, a concepção “imperial” criadora, para a realização política do nosso potencial “continental”!

Ora, essas considerações de antropogeografia talvez um pouco longas, têm um sentido muito pertinente quanto ao objetivo imediato de nosso inquérito: de fato, os Superestados de âmbito continental caracterizam-se pela circunstância de haverem sobrepujado as etapas do regionalismo nacional, presidido por um núcleo urbano hegemônico. Salvo na União Soviética, em que Moscou continua a desempenhar um papel de “capital natural”, nem na China, nem na Índia, nem nos Estados Unidos da América, nem no Brasil, deparamos com qualquer cidade-centro, como qualquer capital aglutinadora, foco tradicional de domínio político ou centro cultural predominante. Esses Estados foram constituídos sem luta interna entre cidades rivais e são compostos de várias regiões antropogeograficamente autônomas. São multi-nacionais ou multi-regionais, sem que haja qualquer hegemonia caracterizada de uma região, de estilo “prussiano”, sobre as outras. A China, por exemplo, é hoje um aglomerado mais ou menos homogêneo de chineses do norte, chineses do sul, mongóis, mandchus, tibetanos, turcos e thais e tôdas essas raças vivem num pé de igualdade. Nos Estados Unidos as várias regiões têm características muito distintas mas a sangrenta guerra civil, entre o Norte industrial e livre, e o Sul, latifundiário e escravagista, garantiu o triunfo do federalismo igualitário. A Índia é um amontoado extremamente complexo e heterogêneo de povos, diversos na língua, na raça, na religião e no estágio de cultura e desenvolvimento político, mas a estratificação das castas só tem, secundariamente, um sentido territorial: o movimento nacional indiano visa justamente a demonstrar a viabilidade de um Superestado federal naquele subconti-

nente — o futuro dirá do êxito da empresa. O Brasil, apesar da sua extraordinária unidade cultural e lingüística, oferece, no que diz respeito ao desenvolvimento político, social, econômico e à formação étnica, o espetáculo de uma diversidade muito clara entre as diversas grandes regiões do país. Mas as hegemonias políticas e os separatismos momentâneos nunca afetaram seriamente a unidade fundamental que é a maior virtude da nossa organização política. (Somos ainda um país “invertebrado”, de organização “fluida” no “continente territorial”.)

Em nenhum dos países mencionados encontramos uma supercapital, uma cidade-gigante (gigante em relação ao âmbito agigantado do Estado) cuja esfera de influência ou *hinterland* se estenda sobre toda a área continental. Pelo contrário, esses países possuem uma pluralidade de metrópoles que constituem verdadeiras capitais regionais. Na China, temos Pequim, Mukden, Chungking, Hankow, Xangai, Nanquim, Cantão. Na Índia, Delhi, Bombaim, Calcutá, Madras. Nos Estados Unidos, Nova York, Chicago, Los Angeles, Nova Orleans e várias outras. No Canadá, Montreal, Toronto, Vancouver. Na Austrália, Sydney, Melbourne, Adelaide. O que VALLAUX e BRUNHES chamam de “capital artificial” é pois uma necessidade que se impõe a esses países, não apenas porque sejam federações de Estados semi-autônomos e iguais, cujas tendências centrífugas devem ser contidas, mas porque, como dissemos, o âmbito territorial e antropogeográfico desses Estados ultrapassou a maior extensão, teoricamente possível — mesmo levando em conta o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte modernos —, da esfera de influência de uma formação urbana natural. É esse justamente o caso do Brasil, que justifica o abandono do Rio de Janeiro como capital do país.

Passaremos agora a uma outra ordem de idéias, para examinar, em conexão com o deslocamento das capitais, o fenômeno, observado em certos países, de um seguimento cíclico entre o que poderíamos chamar “períodos de introversão” e “períodos de extravessão”.

Quando um país se isola de seus vizinhos ou se afasta da comunidade das nações pertencentes à sua esfera de cultura; quando procura ensimesmar-se numa auto-suficiência nacionalista; quando se detém para absorver e lentamente digerir o material estrangeiro recebido num período anterior de “abertura”; quando está empenhado num processo de unificação, em luta contra forças de desagregação; ou quando, como no caso brasileiro, está empenhado em uma expansão colonizadora pelo interior do seu território — é explicável que procure no “sertão” as fontes puras da nacionalidade, ali escolhendo o sítio para sede do órgão de centralização do Estado.

Inversamente, quando um país, após longo período de isolamento ou “introversão” cultural, de nacionalismo e centralização política, de autarcia econômica, de conservantismo social ou tradicionalismo religioso, resolve mudar de rumo e entrar numa fase de transformação, destinada a torná-lo membro ativo da ecúmena, da vida cosmopolita na sua esfera cultural — é freqüente que procure levar a sede de seu governo para um local excêntrico, próximo às suas fronteiras vivas, freqüentemente para o litoral, em contacto mais direto com os seus vizinhos.

Não temos muitos exemplos de tais metamorfoses a oferecer, mas os poucos que vamos citar são instrutivos: no antigo Egito, o deslocamento da velha civilização faraônica e a integração do país na esfera de cultura helênica e mediterrânea, trouxe como conseqüência lógica o abandono do Alto-Egito em favor da região do Delta, onde se fundou Alexandria, capital dos PROLOMEUS. Já falamos de São Petersburgo, na Rússia de PEDRO o Grande, que constituirá o objeto de um capítulo especial deste trabalho. É o exemplo mais evidente de uma extravessão, de uma “abertura de portas” que se reflete no deslocamento da capital do interior para o litoral. O mar é o grande veículo da civilização cosmopolita e PEDRO o Grande construiu a sua cidade para ter um contacto marítimo direto com o Ocidente.

Por outro lado, o retraimento, o processo de nacionalização e absorção, de introversão ou centralização, de crescimento intestino, de retirada estratégica preparatória de nova expansão, é perfeitamente caracterizado, na Rússia moderna, pelo abandono de Petrogrado em favor de Moscou, e, na Turquia quemalista, pelo abandono de Istambul em favor de Ancara. Ancara será também objeto de um capítulo especial em que o processo de “internação” da capital será analisado com maiores minúcias.

Mesmo no Japão, exemplo clássico do fenômeno cíclico de “introversão” e “extraversão”, podemos surpreender o fenômeno reflexo de mudança da capital, muito embora, por força da sua configuração geográfica, não seja fácil caracterizá-lo: com efeito, nos períodos de introversão e isolamento, tão característicos da história daquele país a capital teve tendência a se deslocar para o nordeste, isto é, para o “sertão” nipônico, para a zona de fronteira e colonização, mais primitiva, *do lado oposto à China*, isto é, à ecúmene extremo-oriental. Kamakura e Iedo, nos períodos da ditadura shogunal, foram capitais de um Japão introvertido, enquanto Quioto permanecia como capital oficial do Micado e centro tradicional de difusão da cultura chinesa. No momento da Restauração imperial da era Meiji, no século passado, dir-se-ia que a transferência do Micado de Quioto para Tóquio não confirma a regra, pois essa restauração coincide com a “reabertura” e ocidentalização do Japão. Entretanto, nessa época, a região de Iedo-Tóquio, longe de representar o “interior” do Japão, mudou inteiramente de caráter. A mudança de circunstâncias justifica o conceito acima consignado pois Tóquio pode ser considerado, no século XIX, como um ponto “excêntrico”, *virado para o Ocidente*, para o oceano, para o exterior em suma.

É nossa intenção aplicar oportunamente os ensinamentos extraídos desses casos específicos, para a apreciação do significado possível da “internação” da capital do Brasil no Planalto Central, sabido como é que o nosso país foi formado por um processo de “segregação” relativamente à ecúmena latino-americana.

Vamos sair agora do terreno da geografia política para tocar ligeiramente no do urbanismo, da geografia urbana e do que ingleses e americanos chamam “town” ou “city planning”. Nesse terreno, não são mais as considerações de *posição* mas as de *sítio* que têm maior importância. No dizer expressivo do geógrafo LEO WAIBEL, citado por MACEDO SOARES GUIMARÃES”, *posição é assunto de estratégia, ao passo que sítio é uma questão de tática*. E se o Fundador, devido ao caráter global de sua função dirigente, tem a atenção voltada sobretudo para as grandes linhas estratégicas da situação, em determinado momento histórico, nem por isso deverá menosprezar as características táticas do terreno em que pretende instalar o seu novo pósto de comando.

As considerações de topografia, de abastecimento d’água, paisagem, proximidade de zonas de agricultura e de materiais de construção, etc., sempre foram levadas em conta, desde a mais alta antiguidade, na escolha de sítios apropriados para as cidades, mormente para as capitais. A idade moderna trouxe, juntamente com a racionalização científica do urbanismo ou “city planning”, uma modificação de critério. Assim por exemplo, a configuração topográfica não tem mais importância do ponto de vista de defesa militar (elevações, rios protetores, fossos, braços de mar laterais, etc.), em conseqüência da revolução na arte da guerra que praticamente tornou tôdas as aglomerações urbanas “cidades abertas”. Outras condições, no entanto, vieram juntar-se aos fatores tradicionais do sítio, tais como a natureza do subsolo que é importante do ponto de vista do estabelecimento de canalizações e vias subterrâneas de esgoto e transporte; e a presença ou proximidade de potencial hidráulico para o fornecimento de energia elétrica. A apreciação da topografia, do ponto de vista das facilidades de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo, tornou-se também mais cuidadosa e importante, em conseqüência dos progressos técnicos e científicos. Um conjunto imponente de ciências naturais e humanas contribui hoje, com um amontoado impressionante de conhecimentos, no sentido de disciplinar, arranjar, ordenar, ou organizar o estabelecimento das massas humanas nas formações urbanas. A aplicação desses conhecimentos tem o nome de urbanismo que, como ciência, não deve ser confundido com urbanismo, na acepção corrente de arte de desenhar as cidades e seus monumentos.

Como arte e como ciência o urbanismo é velho. Não é verdade que seja descoberta da idade moderna! Os grandes monarcas da antiguidade, no Egito, na Babilônia, na China, em Roma, parecem ter tido concepções urbanísticas e ter possuído os meios materiais e financeiros susceptíveis e realizá-las em escala tão monumental que empalidecem as mais arrojadas criações dos arquitetos modernos, guardadas mesmo as proporções entre os meios técnicos empregados pelos engenheiros.

Nesse sentido também, como veremos ao falar de Akhetaton, Pequim ou Nara, os exemplos do passado são instrutivos e merecedores da nossa respeitosa atenção.

O pensamento inicial que preside à fundação de uma nova capital ou à transferência da sede do governo para uma outra cidade, pode ser obra de um chefe único, de um gênio fundador, ou de um grupo, de uma elite esclarecida, como pode ser o resultado de um longo processo de elaboração mental e amadurecimento político. Mas é sempre, mesmo quando se desprende aos poucos da esfera da imaginação criadora para a da realização prática, mesmo quando o seu processo de materialização dura anos ou mesmo um século (como no caso da futura capital do Brasil), a expressão de circunstâncias num momento crucial, um marco decisivo, o início de um novo capítulo no livro da história de um povo.

O gênio fundador muitas vezes empresta o seu nome à nova cidade que traçou para consubstanciar a sua idéia. Akhetaton está indissolúvelmente ligada à memória de AKHENATON, o “faraó herege” que concebeu o monoteísmo. Alexandria, capital do Egito ptolomaico, foi a mais ilustre das metrópoles que o grande conquistador macedônio espalhou a granel nos passos de suas conquistas extraordinárias pela Ásia ocidental. Bizâncio foi consagrada como a segunda Roma, capital do Império do Oriente, perdendo o nome de seu fundador BYZAS e recebendo o de CONSTANTINO. São Petersburgo é a cidade de Pedro que, nas fachadas de seus palácios, nas perspectivas de suas avenidas, na vida de seus salões, na atividade de suas universidades e no trabalho de seus estaleiros, exprimiu o anseio reformador que o grande tzar quis impor à velha Rússia Asiática e bizantina. Washington comemora, no obelisco central do “Mall”, o general vitorioso e o estadista austero a quem os Estados Unidos da América devem a sua independência e a sua federação.

Tôdas essas capitais foram, com maior ou menor êxito, realizações urbanísticas, simbólicas das concepções reinantes na época de seus fundadores.

Para terminar, mencionaremos que outros fatores, mais vagos, menos palpáveis, e nem por isso menos poderosos, exercem a sua ação para determinar a mudança e a escolha do sítio de uma nova capital. São imponderáveis, decorrentes de situações fortuitas ou transitórias; de acidentes políticos que não podem ser expressos em termos geográficos; de circunstâncias especiais de ordem espiritual, na esfera da organização social, cultural ou religiosa. São fatores difíceis de definir. Vale dizer que quase todos os exemplos de mudança de capital de que nos vamos ocupar — senão todos — foram de um modo ou de outro, em maior ou menor grau, afetados pela ação desses imponderáveis espirituais. Dada a variedade de condições inerentes à sua ação, limitar-nos-emos, no momento oportuno, a examinar cada caso de per si. Contudo, adiantaremos que a mudança da capital de Roma para Constantinopla está ligada ao triunfo do Cristianismo; que a fundação de São Petersburgo está relacionada com a “europeização” cultural da Rússia; que a instalação da capital do Império da Índia ao lado da antiga capital mongol foi o sinal visível do triunfo vitoriano, após haverem os ingleses liquidado a revolta dos Cipaias; que o abandono de Istambul por ATATÜRK simbolizou a rejeição de toda a tradição imperial otomana e de todo o modo de vida islâmico. E Akhetaton, o primeiro caso de que nos vamos ocupar neste livro, é o mais puro e mais estranho exemplo, sendo também o mais antigo, de uma mudança de capital ocasionada por uma profunda revolução espiritual, de caráter religioso e artístico. Similarmente, para a mudança da capital do Brasil militam argumentos de natureza moral, sobressaindo entre êsses a necessidade de uma regeneração administrativa e a oportunidade de uma grandiosa experiência estética.

Neste trabalho — que constitui um subsídio para a obra singular a que acabamos de nos referir — utilizaremos dados históricos, noções de geografia política e de urbanismo, e material turístico. Quero desde já adiantar que poucos títulos possuímos para empreendê-lo, salvo talvez o de, por circunstâncias oriundas da nossa carreira, já havermos visitado tôdas as capitais aqui descritas, com exceção de duas (São Petersburgo e Canberra). Rogamos por isso a bondosa atenção e a condescendência do leitor.